RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 01 de Novembro de 2026

Revisão Criminal no STF Vira Aposta Principal da Defesa de Bolsonaro Após Derrota Eleitoral de Flávio

Com rejeição de Flávio nas urnas, estratégia judicial se concentra em pedido de revisão criminal no Supremo Tribunal Federal

Depois que Flávio Bolsonaro (PL) perdeu a disputa para Lula (PT) no segundo turno das eleições, a defesa de Jair Bolsonaro (PL) concentra esforços em uma revisão criminal em andamento no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar anular a condenação a 27 anos de cadeia pela acusação de tentativa de golpe de Estado.

Flávio havia manifestado interesse em receber o pai na rampa do Palácio da Alvorada caso vencesse as eleições, o que exigiria sua libertação da prisão domiciliar. Com a vitória de Lula, esse cenário se dissipou, deixando a via judicial como única esperança.

Nesta semana, o ministro relator Kassio Nunes Marques concedeu à PGR (Procuradoria-Geral da República) um prazo de dez dias para apresentar seu parecer sobre o novo pedido de revisão, movimentação essencial para preparar o processo para julgamento.



Governo tenta acelerar PEC da Segurança; oposição insiste em maioridade



Congresso analisa inelegibilidade por violência contra mulher há 11 anos



A decisão foi formalizada na segunda-feira (26), logo após o resultado das eleições, confirmando previsões anteriores. Kassio, que simultaneamente preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), havia comunicado que aguardaria o encerramento da campanha para se pronunciar sobre o assunto. Em comunicado de 7 de outubro, sua assessoria informou que intervir antes do pleito poderia representar influência indevida no processo eleitoral.

A petição foi apresentada no começo de outubro e requer, em caráter de urgência, a suspensão imediata do encarceramento enquanto dura o trâmite processual. No julgamento de mérito, a defesa busca cancelar as decisões que fundamentaram as investigações do inquérito sobre desinformação, objetivando eliminar provas e testemunhas colhidas desde maio de 2025, com reabertura da fase probatória.

O memorial defensivo incorpora um laudo pericial inédito que, conforme argumentação dos advogados, identifica irregularidades na coleta e proteção de informações digitais. Exemplo disso seria as conversas no aplicativo Signal extraídas dos smartphones de Mauro Cid, obtidas por gravação de tela em vez de extração técnica apropriada.

Esta é a segunda demanda de revisão sob a responsabilidade de Kassio. A primeira, protocolada em maio, já recebeu parecer da PGR manifestando-se desfavoravelmente e permanece à espera de pronunciamento do ministro em seu gabinete.

Julgamento no Plenário e Questão da Liberdade Provisória

Kassio manifestou intenção de submeter a revisão ao plenário da corte, em vez da Segunda Turma, ficando a cargo de Edson Fachin, presidente do STF, definir a data da sessão.

Essa definição reveste-se de significado estratégico: Bolsonaro recebeu condenação em 2025 pela Primeira Turma, que acolheu os votos de Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino (Luiz Fux votou pela inocência). André Mendonça, Kassio, Gilmar Mendes, Fachin e Dias Toffoli não participaram daquela sessão e deverão se pronunciar agora.

Conforme informações veiculadas, antes de levar a matéria ao julgamento colegiado, existe possibilidade de Kassio decidir isoladamente sobre a solicitação de liberdade, decisão que posteriormente seria submetida aos demais integrantes da corte.

Contudo, representantes do STF próximos a Moraes sinalizam ceticismo quanto às chances de êxito. Esses magistrados descartam tanto o canceling da sentença quanto a libertação do ex-mandatário mediante revisão criminal.